

ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DOS MANUSCRITOS E IMPRESSOS PERNAMBUCANOS

Cleber Alves de Ataíde

Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Professor Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Professor colaborador do Programa de Mestrado Profissional em Letras da Universidade
de Pernambuco (ProfLetras/UPE)
cleberataide@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, apresento, numa abordagem sócio-histórica, as características gerais dos textos que compõem o banco de dados das amostras de manuscritos e impressos dos séculos XVIII, XIX e XX de Pernambuco do projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB). No total, foram analisadas 120 amostras do projeto *Ultramarino de Lisboa* e dos jornais pernambucanos disponíveis no setor de microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco, da Fundação Gilberto Freyre, do Arquivo Público do Estado de Pernambuco e da Paraíba e do Arquivo da Ordem do Mosteiro de São Bento de Olinda.

Palavras-chave: história dos textos, manuscritos, impressos.

ABSTRACT

In this article, I present a socio-historical approach of the text, the general characteristics of the general official letter, private letter, letter from reader and editorial, which make up the database for the analysis and constitute samples of Pernambuco of corpora of manuscripts and printed matter of the 18th, 19th, and 20th centuries of project *For the History of Brazilian Portuguese* (PHPB). In total, 120 texts were analyzed and edited of *Ultramarino* Project of Lisbon and the newspapers of Pernambuco available in the department microfilming of the Joaquim Nabuco Foundation, Gilberto Freyre Foundation, the Archive records of the State of Pernambuco and of Paraíba and the file of the Order of São Bento Mosteiro in Olinda.

Keywords: history of texts, manuscripts, printed matter.

Introdução

Um dos objetivos básicos do projeto *Para a História do Português Brasileiro* é constituir *corpora* de textos de sincronias passadas do português brasileiro recolhidos em onze estados brasileiros, dos quais fazem parte Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. Ao longo de quase duas décadas, esses textos, editados a partir de um investimento especial tanto no tratamento filológico de fontes não literárias e literárias, quanto na busca de materiais que possam refletir a linguagem de diferentes segmentos sociais dentro e fora da esfera do poder oficial de cada fase da história brasileira, vem permitindo aos pesquisadores brasileiros envolvidos no projeto o mapeamento da história da língua portuguesa no Brasil.

A partir dos levantamentos empreendidos por Afrânio Barbosa no volume *História do Português Brasileiro* (CASTILHO; HORA, 2010, p. 35-49) dos *Corpora* compartilhados do Projeto Nacional PHPB (versão junho 2009) e da proposta de SIMÕES & KEWITZ (comunicação oral no VIII Seminário do PHPB, João Pessoa), a organização do material coletado ficou constituída por três conjuntos de documentos divididos pelo eixo diacrônico dos séculos XVIII, XIX e XX. Os *corpora* do PHPB, portanto, ficou organizado da seguinte maneira:

- i. *Corpus* comum mínimo de manuscritos;
- ii. *Corpus* comum mínimo de impressos;
- iii. *Corpus* comum diferencial de atas, notícias, testamentos, peças de teatro e outros.

O controle tipológico-textualⁱ em que os textos foram submetidos na composição e organização geral dos textos foi baseado na noção de sintonia com o contexto de produção. Castilho (2003) acredita que esse tipo de variante interfere, por exemplo, na diferente pressão sobre os produtores textuais criada pelo fato de os textos terem sido escritos para serem lidos por um único receptor próximo – como no caso das cartas pessoais – ou por um receptor simbólico, inatingível – como no caso dos documentos destinados aos governadores coloniais ou ao próprio Imperador do Brasil, como é o caso dos manuscritos oficiais. Diante desse fato, o presente artigo tem o objetivo de apresentar parte da documentação coletada pela equipeⁱⁱ pernambucana para constituir o *corpus* mínimo comum para o Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB). Aqui busco fornecer informações aos investigadores, não só do PHPB, mas também de outros projetos que visem a buscar fontes históricas para contar, a partir das realidades linguísticas de sincronias passadas, a evolução do português brasileiro. O *corpus* pernambucano aqui editado compreende amostras distintas de quatro tipologias de gêneros de língua escrita: *manuscritos oficiais*ⁱⁱⁱ e *particulares, editoriais e cartas do leitor*. Todo o acervo totaliza mais de 500 textos e um volume de dados de aproximadamente 172.848 palavras. A seguir descrevo, em linhas gerais, os *corpora* de Pernambuco e as características linguísticas, textuais e discursivos que constituem os 120 documentos coletados.

1. Origem, fontes e passos metodológicos da coleta dos textos pernambucanos

Os textos pernambucanos do PHPB compreendem, assim como no caso do projeto nacional, a edição dos gêneros de língua escrita recortados por séculos e pertencentes aos dados do *corpus* mínimo comum. Todo o acervo coletado de manuscritos oficiais e particulares e de edições de jornais encontra-se arquivado no setor de microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco, da Fundação Gilberto Freyre, no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, no Arquivo Público do Estado da Paraíba e no Arquivo da Ordem do Mosteiro de São Bento, em Olinda, e no Arquivo Ultramarino, em Lisboa. O volume de dados armazenado na plataforma digital do projeto pernambucano (www.ledoc.com.br) totaliza 172.848 palavras. O quadro a seguir apresenta a distribuição desse volume pelo recorte de séculos:

Quadro 1 – *Corpus* mínimo (PE) - manuscritos

Tipologia textual	Séc. XVIII 1701-1750	Séc. XVIII 1751-1800	Séc. XIX 1801-1850	Séc. XIX 1851-1900	Séc. XX 1901-1950	Séc. XX 1951-2000
Cartas particulares	-----	-----	3.500	19.508	5.461	7.339
Cartas oficiais	7.142	5.339	4.010	1.539	1.030	729

Quadro 2 – *Corpus* mínimo (PE) - impressos

Tipologia textual	Séc. XVIII 1701-1750	Séc. XVIII 1751-1800	Séc. XIX 1801-1850	Séc. XIX 1851-1900	Séc. XX 1901-1950	Séc. XX 1951-2000
Cartas de leitores	-----	-----	10.491	14.568	10.190	9.793
Cartas de redatores/ Editoriais	-----	-----	22.284	48.104	7.103	7.906
Anúncios	-----	-----	3.740	6.168	7.115	5.597

Para a organização do banco de dados na plataforma digital do Laboratório de Documentação Linguística de Pernambuco (LEDOC), seguiu-se os seguintes passos metodológicos: i) seleção de textos, considerando o período inicial do século XVIII e o período final do XX; ii) organização dos textos coletados em acervo fotográfico; e iii) transcrição, digitação e revisão da transcrição conforme as orientações filológicas semi-diplomáticas para documentos manuscritos e impressos sugeridas em Guedes & Berlinck (2000, p. 12).

1.1. A caracterização dos manuscritos oficiais

O acervo dos manuscritos compreende um amplo e diversificado conjunto de textos da administração pública de Pernambuco. A maior parte dos manuscritos dos séculos XVIII e XIX coletados e editados para esta pesquisa faz parte do projeto *Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco*^{iv}. Dos 63 manuscritos pertencentes ao *corpus* pernambucano, selecionei apenas 30 textos para compor o banco de dados desta investigação. Os critérios utilizados para a escolha foram: a) datação e b) temática. No quadro abaixo, encontram-se informações dos documentos selecionados: interlocutores, assunto e cronologia na qual se enquadra cada texto editado.

Quadro 3 – Manuscritos oficiais

Remetente/ Destinatário	Século	
	XVIII	XIX
Carta de Sebastião Castro e Caldas [Governador da Capitania de Pernambuco] ao rei D. João V.		
Carta de José da Costa [Prepósito da Congregação do Oratório de Recife] ao rei D. João V.		

Carta dos oficiais da Câmara de Recife a D. João V.		
Carta do engenheiro Diogo da Silveira Veloso ao rei de Portugal [D. João V].		
Carta de Félix José Machado [Governador da Capitania de Pernambuco] ao rei D. João V.		
Carta de João de Macedo Costa Real e Diogo da Silveira Veloso para João do Rego Barros [Provedor da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco].		
Segunda via de Provisão do rei D. João V, concedendo a Antonio Tavares de Azevedo [Mestre de Capela em Olinda].		
Carta de Duarte Sodré Pereira Tibão [Governador da Capitania de Pernambuco] ao rei D. João V.		
Aviso de Diogo de Mendonça Corte Real [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] ao Marquês Penalva [Presidente do Conselho Ultramarino].		
Aviso de Diogo Mendonça Corte Real [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] a D. Estevão de Meneses, Marquês de Penalva.		
Ofício de Luís Diogo Lobo da Silva [Governador da Capitania de Pernambuco] a Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar].		
Ofício de Manoel da Cunha Meneses [Governador da Capitania de Pernambuco] a Martinho de Melo e Castro [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar].		
Ofício de José Sexas de Menezes [Governador da Capitania de Pernambuco] a Martinho de Melo e Castro [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar].		
Requerimento de José Pinheiro Salgado [Capitão de Infantaria das Ordenanças de Sirinhaem] à rainha D. Maria I.		
Requerimento de Antonio Marciano Rodrigues Cucharra à rainha D. Maria I.		
Requerimento do tenente da sexta Companhia do Regimento de Cavalaria de Olinda, Timóteo José de Matos, ao príncipe regente D. João.		
Documento (declaração) do secretário da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, Francisco Soares de Araújo Silva.		
Alvará do Príncipe regente D. João ordenado a imposição do direito de oitenta réis por tonelada em cada navio de coberta, nacional e estrangeiro, que entra no porto do Recife, para ser aplicado às obras do mesmo porto.		
Relato do requerimento do mestre do bergantim Senhor dos passos e especulador, Reinaldo José Gonçalves, ao rei [D. João VI].		
Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luis do Rego Barreto, ao secretario da marinha e ultramar, conde da feira, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho.		
Requerimento do cirurgião-mor do segundo Batalhão de caçadores da província de Pernambuco, Manoel Campelo da Cunha, ao rei D. João		

VI.		
Auto dos papéis de serviço do capitão do Regimento montado do Cabo, Luís José Lins Caldas, feito pelo ouvidor-geral da capitania de Pernambuco, José Joaquim Nabuco de Araújo.		
Carta (2ª via) da Junta Governativa da Capitania de Pernambuco ao príncipe regente [D. João].		
Carta do Senado da Câmara de Olinda ao príncipe regente [D. João], contestando a nomeação de José de Matos Girão para o posto de capitão-mor das Ordenanças de Olinda.		
Carta (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao príncipe regente [D. João].		
Carta (ofício) do diretor do Ginásio Pernambucano Dom Joaquim Francisco de Faria ao governador da província de Pernambuco.		
Informação sobre o pedido de admissão de Joaquim José, filho do senhor Cabral Pereira de Amaral.		
Resposta do diretor do Ginásio Pernambucano Dom Joaquim Francisco de Faria ao pedido de admissão de Antonio Pusciano Phernado Lessa como aluno interno gratuito.		
Pedido para o desembargador José Manuel de Freitas ordenar ao Diretor de obras públicas urgência na restauração do prédio do Ginásio.		
Carta pedindo informação sobre o pedido de admissão de Joaquim José, filho do senhor Cabral Pereira Amaral.		
Atestado do secretário da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, Francisco Soares Araújo Silva.		

Fonte: Ataíde (2013)

1.1.1 Os escreventes dos manuscritos oficiais

Os produtores dos textos administrativos selecionados pertencem às mais variadas classes sociais e estão diretamente relacionadas ao serviço público tanto no período imperial quanto no período republicano. Entre os autores dos textos, há pessoas de grau de instrução e letramento variados. Encontram-se como autores dos manuscritos, pessoas influentes que exerceram cargos públicos de destaque, ligados à política nacional ou portadores de títulos da nobreza, como governador, ministro e marquês. Há também

outros que desempenharam funções ligadas à vida militar ou civil, como sargento, tenente, capitão, capitão-mor, ouvidor, delegado e diretor de escola.

Nos manuscritos datados do século XIX e XX, a autoria dos textos é facilmente identificada. Ao contrário dos textos escritos no início do século XVIII, em alguns exemplares, as cartas eram autógrafas, ou seja, eram escritas e assinadas por pessoas diferentes. Em outras, o nome era assinado de forma abreviada ou rubricada, dificultando, portanto, a identificação do autor.

1.1.2 As sequências textuais e os propósitos comunicativos dos manuscritos oficiais

Como os documentos selecionados são da esfera administração, encontra-se no conjunto de textos pernambucano *ofício, ata, aviso de secretários, requerimento, carta de lei*. Esses tratam de assuntos como diversos referentes à administração pública, tais como solicitações de serviços, reclamações e pedido de esclarecimentos sobre obras públicas. De modo geral, os textos servem para expor informações sobre conteúdos de outros documentos; responder pedidos; solicitar esclarecimento e encaminhamentos; advertir práticas inadequadas da administração pública; solicitar encaminhamentos e esclarecimentos; ordenar demissões, certificar decisões, entre outros. O grau de hierarquia entre o emissor e o receptor determina os propósitos comunicativos desses textos. Por exemplo, as cartas escritas do século XVIII, em que os interlocutores são geralmente o governador da capitania e o Rei de Portugal, apresentam geralmente ordens e decisões. No tocante aos documentos dos séculos XIX e XX, nos quais os interlocutores são, respectivamente, o governador da capitania de Pernambuco, militares como sargento, tenente e diretor de escola, os propósitos comunicativos são diversos.

Do ponto de vista linguístico, esses propósitos são, muitas vezes, explicitados através de verbos performativos, indicativos de atos de fala diretos. Os trechos dos textos a seguir são exemplos dos verbos que indicam o propósito comunicativo do gênero:

(01) **Certifico** que conheço a Manuel Curado Garro Dèca, sendo Cabo do forte de Nossa Senhora da emcarnaçam da barra do Pitimbú. (*Corpus PHPB/PE*).

(02) **Atesto** que o ofício de Escrivão da Correição da Comarca de Pernambuco se acha vago na Coroa. (*Corpus PHPB/PE*).

(03) Com esta **remeto** a Vossa Majestade a relação dos offeciays pagos que Servem nesta capitania. (*Corpus PHPB/PE*).

Em relação à tipologia textual, nas cartas oficiais pernambucanas, há uma grande heterogeneidade de sequências textuais que se definem pela sua função na elaboração textual. Há, por exemplo, *sequências narrativas* constituídas linguisticamente para relacionar temporalmente eventos e fatos; *sequências descritivas* para indicar características de elementos ou fatos em determinados momentos; *sequências expositivas e/ou dissertativas* para conhecer, mediante representação de ideias, reflexões, avaliações e explicações; e *sequências injuntivas* para ordenar ou orientar alguma ação ou reação do destinatário.

Nas cartas oficiais, assim como em qualquer outro gênero, as sequências textuais licenciam determinadas funções discursivas. Por exemplo, a sequência predominantemente narrativa, muito comum nos documentos do período colonial, serve para ilustrar uma decisão e exemplificar um ato negativo ou até mesmo fazer uma solicitação, um pedido ou cobrança. Na carta em que o governador da Capitania de

Pernambuco solicita a revisão do pagamento à capitania do Rio Grande do Norte das despesas com a celebração, a mando do rei, do casamento dos príncipes do Brasil e da Astúrias, o trecho descritivo-narrativo serve de argumentação para justificar o pedido:

(04) [...] estarem celebrados os despozo-|rios dos *Ilustríssimos* Príncipes do Brazil e Asturias, se| festejasse taõ plauzivel noticia, oque ele fizera em| nove dias successivos com Comedias, evarias fes-|tas deCavallo, e outras celebridades, illuminandose| [inint.] noutes todas as cazas da[?]Cidade; festejandose| as ruas poiz acendiraõ nellas outenta luzes cada| route, sendo toda [inint.] despeza' a sua Custa; o que| procurandose, se havia algu'a ordem para se darem| propinas de Cera, só se descobrira que na Paraíba| sederaõ ao Capitaõ mor quatro arrobas de Cera da| fazenda Real; a cujo exemplo as pedira o Pro-|vedor daquela Capitania: segurando oseu valor,| no cazo emque [inint.] lhe naõ permita ad[?] propina.|| Eordenandose ao mesmo Governador de Per-|nambuco em carta de 13 de agosto de 1730 infor-|masse com seuparecer, satisfez: dizendo: Que| este Capitaõ mor festejou os despozorios dos *Ilustríssimos* | Senhores Príncipes do Brazil e Asturias co'maiz| aplauzo, que pedia a terra; E que aos Governadores| daquellas capitancias manda *Vossa Majestade* darlhes propina nestas, Eoutras festas semelhantes [inint.]| arrobas de Cera por cada vez, Eao Providencia fa-|enda [inint.] arroba: [inint.] que| sendo *Vossa Majestade* Servido lhemande dar duas arrobas e meya de cera de propina, deque o [inint.] Emercedor porque alem das Referidas despesas| servio aVossa Majestade com bomprocedimento neste | [fol.2r] Lugar, que temsido no tempodo seugoverno.| Edandosevista ao Procurador da fazenda, Respondo, que lhe pareciadomesmoque ao Provedor informante.|| Ao Concelho pareciadomesmoque ao Procurador | de Pernambuco Duarte Sodré Pereyra informante.| Pernambuco Em doze dejulho de mil sette| Centos trintaedous.
(Carta oficial, séc. XVIII, *Corpus PHPB/PE*).

Do mesmo modo como as sequências narrativo-descritivas, as expositivas/dissertativas se prestam discursivamente, geralmente em documentos do tipo requerimento e carta-resposta, para argumentar, justificar ou fazer uma solicitação, assim como no exemplo a seguir:

(05) João Antonio de Miranda, Ne|gociente matricullado que chegou de| Pernambuco, á um mês como consta| dalicença junta do Governador da-|quella Cappitania|| E porque

os seos ne|gócios pedem naquella cidade aprezen|ça do supplicante pertende com asuafamillia| que consta de sua mulher, duas filhas,| um filho, mennores; duas criadas, e| um pretto escravo, passar novamente| para a ditta Cidade de Pernambuco, e mos|tra pelo documento junto, nada dever|á Real Fazenda.

ATAÍDE, Cleber; MACENA, Ana Paula. *Cartas oficiais do século XVIII – Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Carta Oficial. Carta 1.

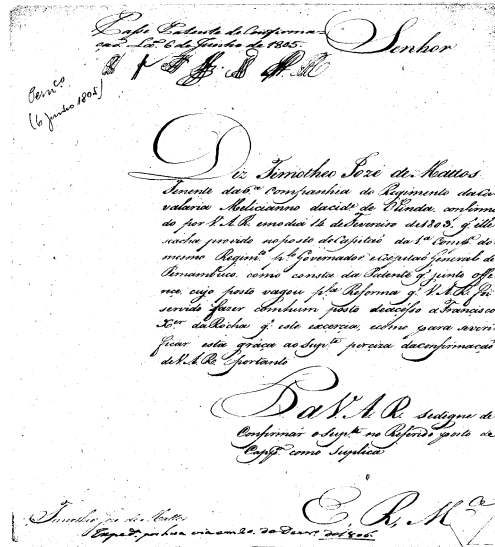
No contexto da carta (05), um comerciante português solicita visto de viagem de sua família para a capitania de Pernambuco. No trecho, João Antônio de Miranda se utiliza de dois argumentos (a sua recém-chegada a Portugal e seus negócios mantidos na Capitania de Pernambuco) para justificar sua solicitação.

1.1.3. Os aspectos formais dos manuscritos

Os manuscritos oficiais editados para o PHPB-PE seguem, do ponto de vista formal, a tradição ibérica com relação à tinta, caligrafia e material da escrita. Assim como os documentos paraibanos coletados por Fonseca (2004), os textos são escritos quase sempre em único parágrafo, mesmo quando é grande sua extensão, em colunas à esquerda do papel. Normalmente, as cartas são escritas em apenas um lado das folhas. A primeira linha de algumas cartas apresenta letra maior que as demais.

As cartas do século XIX e XX são textos curtos, escritos no máximo em dois ou três parágrafos no papel timbrado com brasão da bandeira do Estado de Pernambuco. Os textos são geralmente centralizados na folha e na margem inferior encontram-se vários despachos datados e assinados. A carta a seguir é um requerimento do tenente da Sexta Companhia do Regimento de Cavalaria de Olinda, Timóteo José de Matos, ao príncipe regente D. João, pedindo confirmação de carta patente naquele posto por promoção de Francisco Xavier da Rocha.

Figura 1 – Carta oficial pernambucana do século XVIII



Fonte: ATAÍDE, Cleber; FERREIRA, Patrycia Siqueira C. *Cartas oficiais do século XIX – Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB/PE, 2010, CD-rom. Carta Oficial. Carta 1.

Com relação a sua composição, os documentos oficiais seguem, no geral, a estrutura tradicional das cartas, com cabeçalhos, saudação inicial (1), corpo do texto (2), fecho (3), assinatura (4), cargo (5), local e data (6), endereçamento (7). A seguir, segue exemplo de uma carta administrativa do século XIX transcrita semidiplomaticamente.

(06)

Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr (1)

(2) Com o Regio Aviso N. 71. de 5 de Agosto deste|anno recebemos os trez Conselhos de Guerra, do Porta | Bandeira, Jose Ignacio Borges e dos soldados Damião | Joaquim Leitão, João Gonsalves da Fonseca, Manoel | Lopes de Oliveira, pelo qual he Sua Alteza Real servido que se executem as sentenças que neles seprofe|rirão em Supremo Conselho de Justiça.|| Emcumprimento deste Real Aviso, imedia|tamente que o recebemos lhefisemos dar aSua devida| execução naforma que Sua Alteza Real determina.

(3) Nosso Senhor Guarde a V. Ex^a muitos annos. **(6)** Recife de Pernambuco 22 de Outubro de 1801.

(7) *Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Visconde de Anadea.*

(4) Dom Jose Bispo de [inint.]

[inint. + 1 linha]

Jose Joaquim Nabuco de Araujo

Fonte: ATAÍDE, Cleber; MACENA, Ana Paula. *Cartas oficiais do século XIX – Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Carta Oficial. Carta 1.

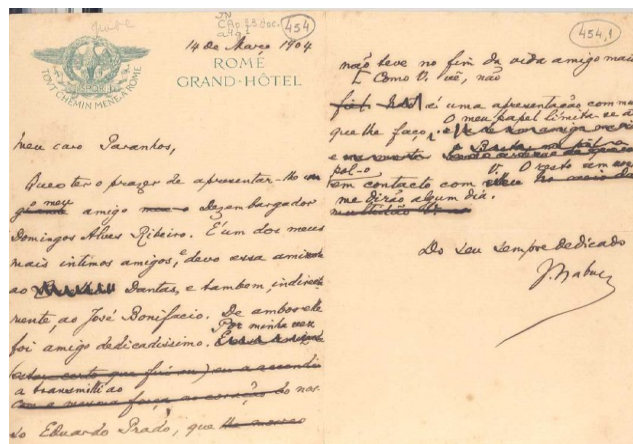
Há cartas do século XVIII e XIX em que aparece apenas a assinatura ou o sobrenome, às vezes de modo rubricado, de quem assina o documento. Ainda no tocante à formalidade, existe, nos documentos oficiais da administração pública, uma estrutura mais ou menos fixa de fecho. Esse cumprimento se configura como uma Tradição Discursiva, isto é, regularidades discursivas ou formas textuais que os textos comportam, já que esses são frutos das tradições culturais produzidas pela sociedade, em momentos anteriores, que permaneceram ou se modificaram ao longo de sua existência (OESTERREICHER, 1997, 2001; KABATEK, 2001, 2002). Os fechos mais frequentes nas cartas do século XVIII e XIX são: *é Areal pessoa de Vossa Majestade guarde Deos muitos annos, Deos Vosso Senhor prospere e augmente a vida e saúde a Vossa/Majestade para beneficio do seu Reino Consolação dos Seus vassallos, Deus/ guarde a Vossa Excelência, Nosso Senhor Guarde ASua Excelência muytos annos*. Essas formas textuais, no século XX até os dias de hoje, dão lugar à expressão de cumprimento final, *atenciosamente*.

1.2 Manuscritos particulares

O acervo dos manuscritos de cunho privado foi selecionado a partir de um conjunto de cartas disponível no Setor de Documentação e Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco, da Fundação Gilberto Freyre e em acervos particulares doados por familiares da região metropolitana de Recife. As cartas particulares versam sobre vários

temas e assumem finalidades comunicativas diversas. De modo geral, as cartas configuram-se pela presença de componentes fixos que ancoram o texto, assim como as cartas do tipo administrativas, como o local, a data, o vocativo, o corpo do texto, o fecho e a assinatura e de um componente alternativo que corresponde ao PS: *Post scriptum*. No exemplo a seguir, pode-se conferir a organização de gênero numa carta escrita por Joaquim Nabuco ao amigo Paranhos, com o objetivo de apresentar o desembargador Domingos Alves Ribeiro.

Figura 2 – Carta particular do século XIX



Fonte: ATAÍDE, Cleber; FORCIONI, Daniela. *Cartas Particulares do século XIX – Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Carta Particular. Carta 6.

No total, 92 textos foram coletados e editados. O quadro a seguir apresenta informações como o remetente, o assunto e o período ao qual se refere cada documento.

Quadro 4 – Manuscritos particulares coletados em Pernambuco

Remetente/ Destinatário	Séculos	
	XIX	XX
Carta de José Roberto Pereira da Silva a sua irmã convidando-a para ir para a capitania de Pernambuco.		
Carta de Joaquim Nabuco a um amigo tratando de assuntos diversos.		

Carta de Joaquim Nabuco a um amigo informando-o sobre viagens e notícias da família.		
Carta de Joaquim Nabuco a o amigo Dr. Jaguaribe pedindo desculpas por não assinar o prefácio de um livro.		
Carta de Joaquim Nabuco em agradecimento por um exemplar de livro, comentário a respeito da obra, envio de página lida à princesa em 13 de maio e notícia da chegada de um filho, ao qual foi dado o nome Maurício.		
Carta enviada por Joaquim Nabuco ao Barros informando sobre amigos e comentários políticos.		
Carta de Joaquim Nabuco denunciando infrações às leis que regulamentavam as condições dos escravos.		
Carta de Joaquim Nabuco a amigo falando sobre o projeto abolicionista.		
Carta de Tobias Barreto ao amigo Sylvio solicitando um pedido de recomendação para Martins Junior, classificado em 2º lugar no concurso para professor substituto da Faculdade de Direito.		
Carta de Joaquim Nabuco enviada ao amigo Sylvio comentando a respeito das personagens envolvidos no enredo da história.		
Correspondência enviada por Joaquim Nabuco ao Barão de Benedito desejando-lhe um feliz 1889.		
Carta enviada por Joaquim Nabuco ao amigo Barros.		
Carta de Joaquim Nabuco dando Informações sobre o cenário político do Brasil, agradecimentos e notícias sobre sua família.		
Carta de Joaquim Nabuco, pedindo informações sobre seu pai para composição de um livro de Memórias e informações sobre amigos em comum.		
Carta de Joaquim Nabuco, agradecendo a colaboração do amigo Barão pela colaboração no livro de Memórias do Pai.		
Carta de Joaquim Nabuco, informando sobre algumas decisões tomadas em relação ao governo.		
Carta de Joaquim Nabuco sobre recebimento da carta do Sr. Lima e sobre a discussão Anglo-venezuelana.		
Carta de José Américo de Almeida manifestando a alegria pelo trabalho de Gilberto Freire a respeito do livro.		
Carta de José Lins do Rego, lamentando que escreve no Diário de Pernambuco gente tão estúpida e que seus artigos saíssem na mesma página em que Samuel Campelo assina o nome.		
Carta de Jarbas Pernambucano dando notícias de seu pai Ulisses Pernambucano de Melo.		
Carta de José Antônio Gonsalves de Melo Neto, acusando recebimento dos três exemplares do livro <i>Guia Prático, Histórico e sentimental do Recife</i> . Pede informações sobre alguns livros e seus autores.		
Carta de agradecimento de Manuel Bandeira pelas felicitações recebidas por conta da candidatura do emissor à Academia.		
Carta de José Antônio Gonsalves de Melo Neto, falando sobre a viagem à Paraíba.		
Carta de Jarbas Pernambucano justificando a presença em almoço		

oferecido a Josué de Castro.		
Carta de José Lins do Rego informando que João Condé não encontrou a fotografia e o poema de Monte Oliveira.		
Carta de Jordão Emerenciao agradecendo pelo recebimento dos dois primeiros volumes da coleção “Gilbertiana”.		
Carta de Jordão Emerenciao enviando dois exemplares do “Livro da razão”.		
Carta de Jordão Emerenciao solicitando o prefácio do livro de Guilherme Martinez Auler, “A companhia de operários 1839 – 1843 subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil”.		
Carta parabenizando Nelson Ferreira pelo recebimento do título de cidadão do Recife.		
Carta de Jordão Emerenciano felicitando pela passagem do aniversário e justificativa pela ausência no jantar de comemoração do aniversário.		

Fonte – Ataíde (2013)

1.2.1 Os produtores e as sequências textuais dos manuscritos particulares

As correspondências pernambucanas selecionadas são de pessoas públicas do Estado e versam sobre assuntos comuns da vida cotidiana, como a dos políticos Joaquim Nabuco e Tobias Barreto e dos poetas José Lins do Rego e Manuel Bandeira. O grau de cumplicidade, de afetividade e de expressividade nesses documentos é denunciador do grau de intimidade presente na relação dos interlocutores (BRANDÃO *et. all*, 2009). Nessas cartas, há uma incidência maior da sequência narrativa e descritiva na elaboração textual. Essas sequências são constituídas linguisticamente para relacionar temporalmente eventos e fatos e para indicar características de elementos ou fatos em determinados momentos.

1.3 Os editoriais

Dois gêneros fazem parte do conjunto de textos coletados para compor o *corpus* de impressos: *os editoriais*^v e *as cartas do leitor*. A escolha por gêneros do domínio jornalístico deve-se à contribuição desses textos à formação do português brasileiro. Durante muito tempo, os textos literários eram tidos como exemplares do conhecimento da língua. Foi com a chegada da Família Real ao Brasil e, em seguida, seu retorno a Portugal, que os textos impressos começaram a circular com mais frequência, o que propiciou um maior acesso a informações e a textos escritos por parte da sociedade brasileira. Isso, provavelmente, impulsionou a variação/estabilização da língua comum.

Além disso, os impressos contribuíram significativamente para a formação de uma opinião pública, que, até os fins do século XVIII, não era constituída no Brasil. Pessoa (2003, p. 176) afirma que “ao final do século XVIII, [...] não havia uma opinião pública brasileira”, os elementos dinamizadores da vida social e que possibilitam a formação de uma opinião pública não existiam. Segundo Armitage (1991 apud PESSOA, 2003, p. 176), “a educação era ainda muito deficitária, os padres conheciam apenas um mau latim. A ciência política era quase que desconhecida pela totalidade da população brasileira. Não havia imprensa nem Universidade”.

Os textos impressos coletados pela equipe do PHPB/PE compreendem um conjunto de 99 editoriais e 87 cartas do leitor, publicados em jornais diversos que fizeram parte da história da imprensa pernambucana, tais como *Diario de Pernambuco (1825)*, *Cruzeiro (1829)*, *Diario Novo (1842)*, *O Commercial (1850)*, *A Provincia*, *A Voz do Brasil*, *O Praieiro* e *o Carapuço*, *Jornal do Commercio (1919)*, entre outros. O quadro geral abaixo sintetiza as informações sobre os 30 editoriais analisados para compor o banco de dados desta pesquisa.

Quadro 5 – Editoriais coletados em Pernambuco

Periódico	Assunto	XIX	XX
Diário de Pernambuco	Editorial de apresentação que trata do lançamento do primeiro número do jornal.		
Diário de Pernambuco	Editorial que trata de um possível boato de revolução popular.		
Diário de Pernambuco	Editorial que trata da soberania constitucional.		
Diário de Pernambuco	Editorial dividido em duas partes: a primeira, uma introdução sobre a nova feição do jornal; e a segunda, sobre questões econômicas e sociais de Pernambuco.		
Diário de Pernambuco	Editorial que trata da decisão do Governo Federal Central de substituir na Presidência da província de Pernambuco.		
Diário de Pernambuco	Editorial sobre o papel do poder legislativo na fiscalização da administração pública.		
Diário de Pernambuco	Editorial que trata dos acontecimentos durante as folias do entrudo.		
O Liberal Pernambucana	Editorial que trata de insultos e censuras sofridos pelo partido liberal da província.		
O Liberal Pernambucana	Editorial que trata de uma análise sobre a situação em que se acha o Brasil.		
O Paiz	Editorial que trata dos embates políticos pela imprensa.		
A Província	Editorial que trata do estado a que as assembleias e administrações conversadoras levaram as finanças da província.		
A Província	Editorial que trata da monarquia representativa do governo.		
Jornal do Recife	Editorial que trata da mudança repentina dos programas ministeriais dentro do mesmo partido.		
Jornal do Recife	Editorial que trata da lei de abolição.		
A Província	Editorial que trata da dificuldade de organizar chapa de candidatos sérios para o novo partido republicano.		
Diário de Pernambuco	Editorial sobre a situação em que se encontra a política americana.		
Diário de Pernambuco	Editorial que trata do desenrolar da política nacional.		
Diário de Pernambuco	Editorial que trata da questão da agricultura.		
Jornal do Recife	Editorial que trata das providências a serem tomadas pelos órgãos responsáveis dos portos do recife para evitar contágio e proliferação da febre		

		bubônica.		
Diario Pernambuco	de	Editorial sobre metas e objetivos.		
Diario Pernambuco	de	Editorial que trata do dissídio dos plantadores de cana.		
Jornal Commercio	do	Editorial que trata sobre a indústria de brinquedos no Brasil.		
Diario Pernambuco	de	Editorial que trata sobre os ruídos na cidade do Recife.		
Diário Pernambuco	de	Editorial que trata sobre a criminalidade no estado de Pernambuco.		
Diario Pernambuco	de	Editorial que trata sobre o crescimento de serviços e abastecimento de água e saneamento no Estado.		
Jornal Commercio	do	Editorial que trata sobre o patriotismo brasileiro.		
Jornal Commercio	do	Editorial que trata sobre as expectativas para o futuro.		
Jornal Commercio	do	Editorial que trata sobre a democracia racial brasileira.		
Jornal Commercio	do	Editorial que trata sobre o desenvolvimento das tecnologias de comunicação.		
Diario Pernambuco	de	Editorial que trata da posse do presidente Fernando Henrique Cardoso.		

Fonte – Ataíde (2013)

2.3.1. Aspectos sócio-históricos da imprensa pernambucana

O século XIX representou para o Brasil um período de mudança no cenário político e econômico. Em Pernambuco, esse período foi marcado pelas lutas ideológico-partidárias e o início da urbanização. Foi nesse período que a capital pernambucana começou a receber melhoramentos urbanos que alteraram os hábitos sociais e culturais da população. Destacam-se nesses acontecimentos a inauguração do Teatro de Santa Isabel (1850), do Gabinete Português de Leitura (1851), a transferência da Faculdade de Direito de Olinda para Recife (1853), a iluminação das ruas centrais a gás carbônico (1859), a construção da

ferrovia (1854), o domínio das técnicas de comunicação, como o telégrafo (1857) e o telefone (1876).

Com o surgimento da imprensa, as temáticas político-ideológicas começam a ser intensificadas e divulgadas nas páginas dos jornais brasileiros (GOMES, 2012). Temas como o abolicionismo, os posicionamentos antiescravistas e republicanos predominaram nos editoriais. Nas primeiras décadas do século XX, a imprensa começa a servir como instrumento de comunicação também para a classe trabalhadora. Dentre os fatores que contribuíram para isso estão um comércio mais dinâmico, a indústria em progressão, o expansionismo urbano, o crescimento das escolas públicas, entre outros. A partir de 1930, houve uma modernização das empresas jornalísticas. A imprensa torna-se menos politizante e mais comercializada e, conseqüentemente, ocorrem alterações nas relações com os leitores, os textos de opinião vão cedendo mais espaço aos textos de propaganda.

1.3.2 As seqüências textuais e o propósito comunicativo dos editoriais

Entende-se por editoriais jornalísticos textos que se caracterizam pelo propósito discursivo de apresentar um ponto de vista assumido pelo jornal sobre variados assuntos e que “reúnem características condizentes com o tipo argumentativo e [...] por orientarem-se para a formação da opinião pública, embora cumpram, de certa maneira, também uma função informativa” (ANTUNES, 1996, p. 119-120). Por essa característica, nos editoriais, há predominância das *seqüências* textuais dos tipos *expositivas* e/ou *dissertativas*. Tais seqüências licenciam determinadas funções discursivas para conhecer, mediante representação de ideias, reflexões, avaliações e explicações de temas do cotidiano da sociedade pernambucana.

No início do século XIX, os editoriais não eram facilmente identificados. Os textos publicados nessa época e que tinham características de editoriais, segundo Gomes (2005, p. 101), “não tinham uma página ou uma coluna estabelecida e muito menos uma denominação definida para uma tradição discursiva que já tinha intensa circulação”. Esses textos recebiam diferentes termos para nomeá-los: artigo, artigo editorial e editorial. Gomes (2005), em sua pesquisa sobre os editoriais, constatou que os textos opinativos, a partir de 1830, vinham abaixo da repetição do nome do jornal. A localização meio que incerta dos editoriais no jornal durou até o século XX. Atualmente, os editoriais estão localizados numa página específica, geralmente denominada de *Opinião*.

Outro aspecto importante a destacar, nessa pequena triagem dos dados coletados, é que os editoriais, além de apresentarem o teor opinativo, também eram e ainda são utilizados para apresentarem os conteúdos de um jornal ou até mesmo para introduzirem um periódico no mercado impresso, como ocorreu na primeira publicação que inaugura o *Diario de Pernambuco*, em 07 de novembro de 1825. No texto de abertura, os redatores fazem uma apresentação do jornal, a exemplo do texto transcrito e editado por Gomes (2010):

INTRODUÇÃO



Faltando nesta cidade assaz | populosa um Diário de Annun-|cios, por meio do qual se faci-|litassem as transacções, e se | communicassem ao publico no-|ticias, que a cada um em parti-|cular podem interessar, o ad-|ministrador da Typographia de | Miranda e Companhia se pro-|poz a publicar todos os dias da | semana excepto os Domingos | somente o presente Diário, no | qual debaixo dos títulos de |—Compras—Vendas—Leilões—Alu- | gueis—Arrendamentos—Afora-|mento—Roubos—Perdas—Acha-|dos—Fugidas e Apprehensões de | escravos — Viagens—Afrentamen-|tos—Amas de leite etc, tudo | quanto disser respeito a taes | artigos; para o que tem convi-|dado a todas as pessoas, que | houverem de fazer estes ou ou-|tros quaesquer annuncios, aos | levarem a mesma Typographia | quelhe serão impressos grátis, | devendo ir assignados. || Também se publicarão todos | os dias as entradas e saídas | das embarcações do dia antece-|dente, portos de onde vierão, | dias de viagem, passageiros, | cargas, e noticias, que trouxe-|rão. Além disto todas as sema-|nas se darão os preços corren-|tes dos gêneros de importação | e exportação com um attestado | de dois negociantes desta praça. || E porque para muitas pessoas | seria incommudo dirigir-se a | Typographia, para entregarem | os seus annuncios, se tem pré-|venido este inconveniente rece-|bendo se no Recife no Bote-|quim da Praça em *Santo Antonio* | na Loja da Gazeta rua de Rosa-|rio, e na Boa Vista na Banca de | João Ferreira da Cunha Do | largo da Matriz taes annuncios, | em cujas casas se recebam | igualmente assignaturas e se | vende este Diário pelo preço de | 10 rs. cada folha.

Fonte: Diário de Pernambuco, 1ª edição, 1825.

Esse texto, apesar de ter o propósito de apresentar o *Diário de Pernambuco* no início do século, não perde a essência argumentativa ao exaltar as vantagens de o jornal ser publicado na capital do Estado.

1.4 As cartas do leitor pernambucano

Assim como os editoriais, as cartas do leitor foram selecionadas pelos pesquisadores do PHPB nos periódicos pernambucanos. Tratam-se de cartas de leitores publicadas na primeira metade do século XIX até a segunda metade do século XX. A identificação desse gênero também, no início do século XIX, é incerta, igualmente à dos editoriais. Os jornais, nessa época, possuíam uma área específica do jornal para a

publicação a pedido. Esse espaço era utilizado para correspondência entre duas pessoas com abertura do conteúdo discursivo para todas as que adquirissem o jornal. Eram textos também de correspondência particular. Obviamente que esse tipo de gênero, mesmo sendo destinado a um único interlocutor determinado, cumpria a função de *informar*, *prestar contas à sociedade*, *fazer queixas*, entre outros vários propósitos comunicativos como até hoje se tem conhecimento.

Como em alguns periódicos não havia, pelos menos até a segunda metade do século XIX, a seção *CORRESPONDÊNCIA* nem a presença de cartas do leitor, considerei, para selecionar as cartas, uma característica comum dos textos: a presença de um interlocutor linguisticamente identificado, o “que se configura como um terceiro participante para quem o discurso é direcionado e constituído. Assim, por cartas de leitores entendo que é um “tipo de correspondência de caráter público que aborda os mais variados assuntos” (PESSOA, 2003, p. 83).

O quadro, a seguir, apresenta informações quanto ao assunto, ao período de seleção e ao jornal responsável pela publicação das 30 cartas do leitor selecionadas e pertencentes ao meu banco de dados.

Quadro 6 – Cartas do leitor coletadas em Pernambuco

Periódico	Assunto	XIX	XX
Diario de Pernambuco	Carta do Sr. Judas Ranhoso acusando o redator do jornal de afirmações caluniosas e blasfematórias.		
Diario de Pernambuco	Carta contendo, inicialmente, reivindicações expostas pelo autor do texto contra o abuso de poder e a excessiva autoridade dos governantes.		
Diario Novo	O texto relata duras críticas ao “theatro publico” por meio dos seus administradores.		
Diario Novo	Carta retratando algumas das peculiaridades que antecederam e deram ascensão à Revolução Praieira.		

Diario de Pernambuco	Texto que expõe explicitamente uma intertextualidade com outra publicação anterior de autoria do “Sr. Commendador Lopes Gama”.		
Diario Novo	Texto introduzido pelo entusiástico momento de empolgação popular em que vivia a província de Pernambuco com a visita da Majestade Imperial.		
Diario de Pernambuco	Carta contendo um texto assinado pelo Sr. Henry Law esclarecendo sobre o projeto de melhoria do “Porto de Pernambuco”.		
Diario de Pernambuco	Texto publicado, sem autoria explícita, através de constantes implicaturas, relatando o panorama político e a relação com o patriotismo.		
Diario de Pernambuco	Carta contendo defesas de acusações sendo o autor do texto o Sr. Decio de Aquino Fonseca e o suposto caluniador de codinome “Um Liberal”.		
Diario de Pernambuco	Carta não assinada destinada ao presidente da província pernambucana suplicando postergação das datas de vencimento dos impostos públicos.		
O Capibaribe	Texto publicado em defesa do vigário que sofre acusações de outro padre.		
Diario Novo	Carta assinada por um padre se defendendo de acusações na participação de revoltas armadas.		
Diario de Pernambuco	Carta em que o autor expõe o teatro com características que vão além da arte educativa e alcançam o lazer e o recreio.		
Diario de Pernambuco	Carta destinada a evidenciar as qualidades do “gymnasio Pernambucano”.		
Diario de Pernambuco	Carta contendo a explicação de uma proposta que foi publicada de forma controversa.		
A Província	Carta explicativa sobre esclarecimentos de uma ocorrência policial.		
Diario de Pernambuco	Texto contendo uma declaração do Sr. Joaquim Lima Amorim sobre questões de legitimidade de posse de terreno.		
A Província	Carta versando sobre os maus hábitos da população.		
Diario de Pernambuco	Carta versando sobre os rumores carnavalescos no período pós natalino em contradição ao sensível momento da segunda grande guerra.		
Diario de Pernambuco	Carta alertando as autoridades competentes sobre a proximidade do período de chuvas.		
Jornal do Commercio	Carta versando sobre problemas de saneamento básico refletidos sobre a dificuldade de dormir devido às muriçocas.		
Jornal do Commercio	Carta versando sobre o comércio de pássaros nos mercados públicos da cidade do Recife.		
Jornal do Commercio	Carta versando sobre o abandono do “jardim do Largo da Faculdade de Direito” do Recife.		

Jornal do Comercio	do	Carta versando sobre questões de efeitos de sentido entre palavras, com foco nas relações de paz e amor que são estabelecidas no período de Natal e tão complexas nas cenas da realidade humana.		
Jornal do Comercio	do	Carta expondo injustiças oriundas dos poderosos do poder público.		
Jornal do Comercio	do	Carta versando sobre as várias ruas que constam administrativamente asfaltadas.		
Jornal do Comercio	do	Carta versando sobre o material Dormente de aço e suas especificidades técnicas na substituição da malha férrea.		
Jornal do Comercio	do	Carta repleta de saudosismo na qual o autor do texto descreve os vários momentos de conversas que teve com algumas personalidades.		
Jornal do Comercio	do	Carta fazendo duras críticas ao governo do prefeito Jarbas Vasconcelos.		
Jornal do Comercio	do	Carta versando sobre a lei nº 662, de 06 de abril de 1949.		

Fonte: Ataíde (2013)

1.4.1 O contexto sócio-histórico e o propósito comunicativo das cartas do leitor

Foi ainda na primeira metade do século XIX que a sociedade recifense começou a experimentar profundas alterações na esfera política ocasionadas pelos movimentos sociais como a Insurreição de 1817, a Confederação do Equador, de 1824, e a *Revolução Praeira*, de 1848, (FRAGA, 2012). Conhecida como a cidade das revoluções libertárias, por ser palco de grandes batalhas, a cidade, até hoje, imprimiu na sua história uma identidade heroica e revolucionária. No final do século XIX, assim como no restante do país, Recife deixava para trás o passado monárquico e escravista e começava a vivenciar as primeiras décadas republicanas. Com a instauração de uma nova organização política, Pernambuco começava a conviver com experiências de modernização importantes, as quais anunciavam um tempo de novas perspectivas e mudanças na esfera social e política do Estado.

Esse cenário fez com que o ato de escrever para o jornal fosse o principal recurso para a formação da opinião pública. As intensas discussões políticas sobre a nova ordem política se faziam presentes no principal meio de acesso à informação da época. Com isso, os textos publicados nos jornais da cidade revelavam que os conflitos através da linguagem e a escrita, neste período, era marcada por intensas polêmicas pessoais e violência verbal com o elevado emprego de adjetivos.

Era através dos editoriais e das cartas do leitor, gêneros predominantemente argumentativos constituídos de sequências textuais do tipo *expositivo* e *dissertativo*, que os recifenses manifestavam seu ponto de vista sobre os acontecimentos da sociedade e podiam divulgar sua opinião sobre temas, principalmente, políticos e sociais que surgiam numa cidade cada vez mais modernizada e transformada pelo desenvolvimento econômico.

Os textos produzidos nessa época eram marcados pela correspondência entre escrita e oralidade. As marcas de oralidade presentes nos editoriais e nas cartas do leitor corresponderiam a uma característica da produção textual da época. Esses gêneros, tipicamente marcados pelo caráter interativo da comunicação, eram produzidos, como até hoje são, para um destinatário específico. No século XIX, o leitor era, muitas vezes, linguisticamente identificado e o discurso direcionado. No fragmento a seguir, a seleção do léxico, a temática e as construções mais informais relevam marcas da escrita no jornal do século XIX:

Lendo o Diario Novo n. 205 deparei com uma correspondencia, em que é fortemente | calumniado, e insultado o vigario do affogado, e com quanto naõ precise elle de deffesa, e | prefira antes, que se entregue ao desprezo esse parto de miseraveis intrigantes, todavia direi | sempre alguma coisa, para que se reconheça de quanto é capaz a alma

pequenina de um | inimigo rancoroso. || Há no affogado uma padreca immoral até o ultimo ponto, um padreca, que ali dando os | maiores escândalos, e representando fielmente o papel desses padres, que apparecem nos | bumbas-meu-boi-, constituiu-se inimigo do vigario; somente porque tirou-lhe a coadjutoria, | para entrega-la a quem melhor a servisse. Esse padreca, conhecido ali por Pedro bruaca, e | cujo porte e trajar indicaõ logo a quem o vê o mais perfeito patusco, e espadacim, assentou | que devia vingar-se do vigario, calumniando-o, intrigando-o, na esperança de que chegando | suas calumnias e intrigas aos ouvidos do Exm^o Prelado, as possa este acreditar a ter algum | procedimento contra o vigario; sem entretanto lembrar-se esse Pedro bruaca, que se S. Exc. | Reverendissima fosse exactamente informado da vida irregular, que elle passa, ha muito o | teria suspenso de ordens: porque um sacerdote da sua estofa não faz mais do q' | redicularisarno ministerio sagrado, e desacreditar o estado clerical. [...]

Fonte: SILVA, Andréa Souza e & SILVA, Mauricio Vieira da. Cartas de Leitores – Pernambuco. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Cartas de Leitores da primeira metade do século XIX – Carta de leitor 15.)

Atualmente, mesmo com as intervenções que sofre do editor dos jornais e pelo encurtamento do espaço destinado à voz dos sujeitos-autores, a carta do leitor ainda se faz presente nos periódicos pernambucanos e conserva o seu principal propósito comunicativo de querer tornar públicas questões de interesse comum do homem que vive constantes mudanças sociopolíticas e culturais do seu tempo, apesar de dispor de novas maneiras de se relacionar com a sociedade, como, por exemplo, *e-mails*, *blogs* e redes sociais.

Conclusões

O controle tipológico-textual do projeto do *Para a História do Português Brasileiro* permitiu que os textos coletados em Pernambucano fossem submetidos a uma análise linguística e textual a partir da noção de sintonia com o contexto de produção. Com isso,

foi possível traçar características sócio-históricas das *cartas oficiais*, das *cartas particulares*, dos *editoriais* e das *cartas do leitor*.

Sobre os manuscritos oficiais, foi possível observar que os textos podem ser classificados como *ofício*, *ata*, *aviso de secretários*, *requerimento*, *carta de lei*, porque tratam de assuntos diversos referentes à administração das Capitâneas das vilas e de seus habitantes. Seus escreventes pertencem às mais variadas classes sociais e estão diretamente relacionadas à administração pública tanto no período imperial quanto no período republicano. Muitos desses autores são facilmente identificados nos textos dos séculos XIX e XX, ao contrário dos textos do século XVIII, quando algumas cartas eram escritas e assinadas por pessoas diferentes. Do ponto de vista linguístico, os manuscritos servem para expor informações sobre conteúdos de outros documentos; responder pedidos; solicitar esclarecimento e encaminhamentos; advertir práticas inadequadas da administração pública; solicitar encaminhamentos e esclarecimentos; ordenar demissões, certificar decisões, entre outros. Em relação à tipologia textual, há uma grande heterogeneidade de *sequências narrativas*, *sequências descritivas*, *sequências expositivas* e/ou *dissertativas* e *sequências injuntivas*. Quanto ao aspecto formal, os manuscritos coletados e editados do século XVIII e até a primeira metade do século XIX seguem a tradição ibérica com relação à tinta, caligrafia e material da escrita.

Os manuscritos de cunho privado versam sobre vários temas da vida cotidiana e assumem finalidades comunicativas diversas. São textos de autoria de personalidades ilustres e, de modo geral, configuram-se pela presença de componentes fixos que ancoram o texto, assim como as cartas do tipo administrativas, como o local, a data, o vocativo, o corpo do texto, o fecho e a assinatura e de um componente alternativo que

corresponde ao PS: *Post scriptum*. Nas cartas, há uma incidência maior da *sequência narrativa e descritiva* na elaboração textual.

Quanto aos impressos pernambucanos, constatou-se que, no início do século XIX, os editoriais não eram facilmente identificados, “não tinham uma página ou uma coluna estabelecida e muito menos uma denominação definida para uma tradição discursiva que já tinha intensa circulação”. Esses textos recebiam diferentes termos para nomeá-los: artigo, artigo editorial e editorial. A localização meio que incerta dos editoriais no jornal durou até o século XX. Atualmente, os editoriais estão localizados numa página específica, geralmente denominada de *Opinião*. Outro aspecto importante a destacar é que os editoriais, além de apresentarem o teor opinativo, também eram e ainda são utilizados para apresentarem os conteúdos de um jornal ou até mesmo para introduzirem um periódico no mercado impresso, como ocorreu na primeira publicação que inaugura o *Diário de Pernambuco*, em 07 de novembro de 1825. Nos editoriais analisados, há predominância das *sequências* textuais dos tipos *expositivas* e/ou *dissertativas* que licenciam determinadas funções discursivas para conhecer, mediante representação de ideias, reflexões, avaliações e explicações de temas do cotidiano da sociedade pernambucana.

Assim como os editoriais, a identificação das cartas do leitor também, no início do século XIX, é incerta. Nos jornais analisados, não havia uma área específica em que eram publicadas as correspondências entre duas pessoas. Os textos produzidos nessa época eram marcados pela correspondência entre escrita e oralidade. As marcas de oralidade presentes nos editoriais e nas cartas do leitor corresponderiam a uma característica da produção textual da época. Esses gêneros, tipicamente marcados pelo caráter interativo da comunicação, eram produzidos, como até hoje são, para um destinatário específico.

No século XIX, o leitor era, muitas vezes, linguisticamente identificado e o discurso direcionado.

Referências

ATAÍDE, Cleber Alves de; MACENA, Ana Paula. *Cartas oficiais do século XIX – Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, cd-rom. Carta Oficial.

_____; FERREIRA, Patrycia Siqueira C. *Cartas oficiais do século XIX – Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB/PE, 2010, cd-rom. Carta Oficial. Carta 1.

_____; FORCIONI, Daniela. *Cartas Particulares do século XIX – Pernambuco*. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, cd-rom. Carta Particular. Carta 6.

_____; NUNES, Thiago. Aspectos sócio-históricos e linguísticos em cartas administrativas do período colonial e republicano de Pernambuco. In: GOMES, Valéria; NUNUES, Thiago. *Identidade e memória em manuscritos e impressos pernambucanos: língua, história e cultura através dos textos*. Recife, Companhia Editorial de Pernambuco - CEPE, 2012, v. 1, p. 15-25.

_____. *Da esquerda para a direita: descrição e uso das cláusulas VS em textos pernambucanos dos séculos XVIII, XIX e XX*. 2013. 196f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BRANDÃO, Helena H. N; ANDRADE, Maria Lucia da C. V. de O; AQUINO, Zilda G. O. de. (2009). In: Castilho, Ataliba T. (org.). (2009). *História do português paulista*. Cartas da administração privada e cartas particulares: estudo da organização discursiva. Campinas: UNICAMP Publicações IEL, p. 721-733.

CASTILHO, Ataliba T. de. (org.). *Historiando o português brasileiro*. (2003). Relatório das atividades desenvolvidas ao abrigo do Programa CAPES-DAAD-PROBRAL. Blaubeuren: Universität Tübingen, 4 a 7 de julho.

_____; HORA, Dermeval. (orgs.). *História do Português Brasileiro: versão preliminar*. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2010.

FONSECA, Maria Cristina de Assis. (org.). *Cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Ideia, 2004.

FRAGA, Rose Mary. Anúncios: o comércio de coisas e de gente. In: GOMES, Valéria; NUNUES, Thiago. *Identidade e memória em manuscritos e impressos pernambucanos*:

língua, história e cultura através dos textos. Recife: Companhia Editorial de Pernambuco, 2012.

GOMES, Valéria Severina. História do editorial jornalístico em Pernambuco: o que mudou e o que permaneceu no curso desta tradição discursiva? In: PESSOA, Marlos de Barros (org.). *Língua, texto e história: manuscritos e impressos na história do português brasileiro*. Recife: Programa de Pós-graduação da UFPE, 2005.

_____. *Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*. Berlin: De Gruyter, 2010.

_____. Editorial: a voz do jornal na imprensa pernambucana dos séculos XIX e XX. In: GOMES, Valéria; NUNUES, Thiago. *Identidade e memória em manuscritos e impressos pernambucanos: língua, história e cultura através dos textos*. Recife, Companhia Editorial de Pernambuco, 2012.

KABATEK, Johannes. Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. In: JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes (eds.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*. Frankfurt am Main: Vervuert: Iberoamericana, 2001.

_____. [Tradições discursivas e mudança linguística](#). In: LOBO, Tânia et al. (orgs.). *Para a História do Português Brasileiro VI - Novos dados, novas análises*, Salvador: EDUFBA, Tomo II, 2006. p. 505-527.

OESTERREICHER, Wulf. Lo hablado en lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a una tipología. In: KOTSCHI, T.; OESTERREICHER, W.; ZIMMERMANN, K. (eds.). *El Español hablado y la cultura oral en España y Hispanoamérica*. Frankfurt am Main: Vervuert/ Madrid: Iberoamericana, 1997. p. 317-340.

OESTERREICHER, Wulf. Langage parlé et langage écrit. *Lexicon der romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, vol. 1, 2, s.v. 62. *Gesprochene Sprache und geschriebene Sprache*, 2001. p. 584-627.

PESSOA, Marlos de Barros (org.). *Língua, texto e história: manuscritos e impressos na história do português brasileiro*. Recife: Programa de Pós-graduação da UFPE, 2005.

_____. *Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade: o caso do Recife, Brasil*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2003.

SIMÕES, José da Silva; KEWITZ, Verena. *Recortes temáticos e mapeamentos de Tradições Discursivas no corpus do PHPB*. Comunicação oral apresentada durante o VIII Seminário do PHPB, em João Pessoa, 2010.

Recebido em 14 de agosto de 2018.

Aceite em 9 de dezembro de 2018.

ⁱ Termo utilizado pela equipe de Linguística de *Corpus* do projeto PHPB para se referir ao agrupamento de textos coletados.

ⁱⁱ Participaram da equipe de coleta e transcrição dos textos os seguintes colaboradores: Andréa de Souza e Silva, Ana Paula Macena, Carolina Cavalcanti, Cláudia Silva, Cleber Ataíde, Daniela Forcioni, Danielly Vieira, Jemima Vitória Leite de Souza, Jéssica Pereira da Silva, Manoel Pedro Vieira Filho, Mari Noeli Kiehl Iapechino, Maurício Vieira da Silva, Patrícia Siqueira C. Ferreira, Priscilla Elizabeth da Silva Costa Ferreira, Pedro Henrique Corrêa Silva, Rose Mary Fraga, Samara Falcão, Tarcísia Travassos, Thiago Nunes Soares e Valéria Severina Gomes.

ⁱⁱⁱ A categoria “*manuscritos oficiais*” concentra um grupo de textos administrativos como declaração, atestado, certidão, ofício, requerimento, *etc.* que, socialmente, atende a propósitos comunicativos diferentes. Entendo que esse aspecto pode alterar, de algum modo, os resultados aqui obtidos. Porém, assumo o risco de analisar os contextos da ordenação nesses gêneros.

^{iv} Criado em 1995, por meio de protocolo assinado entre as autoridades portuguesas e brasileiras no âmbito da Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO)^{iv}, o Projeto nasceu com o objetivo principal de disponibilizar documentos históricos relativos à História do Brasil existentes em arquivos de outros países, sobretudo Portugal e demais países europeus com os quais tivemos uma história colonial imbricada. No Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), há mais de 200 mil cópias de documentos guardados referentes às diversas capitanias no período colonial do Brasil. Sobre a Capitania de Pernambuco, constam mais de 32 mil cópias de documentos disponíveis em microfilme de 35 mm ou em *cd-room*.

^v Um estudo detalhado sobre a historicidade dos editoriais e da língua encontra-se em GOMES (2010).